

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DO MPTO



EXERC 2017

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 RESULTADOS DA PERSPECTIVA IMPACTO SOCIAL.....	1
3 RESULTADOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS.....	3
3.1 TEMA - INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	3
3.2 TEMA – CIDADANIA.....	4
3.3 TEMA - CRIMINAL.....	5
3.4 TEMA – ATUAÇÕES ESPECIAIS.....	6
3.5 TEMA – INSTITUCIONAL.....	8
4 RESULTADOS DA PERSPECTIVA PESSOAS, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA.....	9
5 RESULTADOS DA PERSPECTIVA FINANCEIRA.....	10
6 CONCLUSÃO.....	10

1 INTRODUÇÃO

O monitoramento e a avaliação da gestão estratégica do Ministério Público do Tocantins (MPTO) fundamentam-se no acompanhamento dos indicadores de desempenho estabelecidos para os objetivos do Plano Estratégico 2010-2019. Indicadores são algoritmos de alto nível que captam dados do contexto organizacional com vistas a produzir informações que auxiliem a tomada de decisão. Nossos indicadores atuais foram construídos seguindo a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) adaptada às organizações públicas.

No nosso modelo de gestão estratégica, cinquenta e cinco indicadores procuram oferecer uma visão detalhada do desempenho institucional quanto ao alcance dos trinta objetivos traçados no Mapa Estratégico. As metas de valores dos indicadores para o ano de 2017 foram definidas a partir do resultado de 2016, acrescido de oito pontos percentuais. Procuramos, dessa forma, assegurar a continuidade dos resultados até o término do ciclo longo de planejamento.

A base de dados utilizada para cálculo dos indicadores foram as informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF, gerido pela Corregedoria-Geral do MPTO, e outros relatórios produzidos pelas estruturas organizacionais da Instituição, copilados pelo Departamento de Planejamento e Gestão. Com estas informações, foi possível apurar os valores de quarenta e um indicadores em 2017. Entre estes, nove superaram as metas estabelecidas, outros trinta e dois ficaram aquém. Os quatorze indicadores não calculados serão objeto de reflexão na próxima revisão do Planejamento Estratégico.

Apresentaremos os resultados dos indicadores conforme a divisão do Mapa Estratégico, ou seja, nas perspectivas impacto social, processos internos, pessoas, tecnologias e infraestrutura; e, por fim, na perspectiva financeira. Dessa forma, esperamos demonstrar a hipótese estratégica assumida por nossos líderes quando conceberam o Plano atualmente em vigor: “Reconhecimento pela Excelência em Gestão”.

Com o presente relatório, esperamos traçar um panorama de nossa gestão, fornecendo subsídios para correção de rumo, evitando a deriva estratégica.

2 RESULTADOS DA PERSPECTIVA IMPACTO SOCIAL

A perspectiva impacto social do mapa estratégico procura retratar o contexto do ambiente externo do MPTO, ou seja, as variáveis não controláveis. Nessa ótica, gerar resultados palpáveis e agregar valores à sociedade são a tônica do impacto social que envolve missão, visão e valores institucionais.

Entretanto, os dois indicadores definidos para esta perspectiva não foram mensurados devido às restrições de ordem financeira, que obrigaram o MPTO a preterir a pesquisa de imagem da Instituição, e em virtude da não conclusão da estruturação do processo de atendimento ao cidadão-usuário, o que impossibilitou a realização periódica da pesquisa de satisfação quanto ao atendimento.

Entretanto, para não prejudicar a análise, apresentamos o número total de ações dos membros do Ministério Público Estadual como indicador *proxy* da dimensão impacto social. Seu valor no exercício de 2017, alcançou 373.328 movimentos produtivos, o que representou crescimento de 5,63% em relação ao ano de 2016, mesmo diante da redução dos recursos disponibilizados à Instituição.

Quadro 1 – Indicadores da Perspectiva Impacto Social

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>1.1. Grau de satisfação no atendimento do MP/TO</i>	N/A	Bom	N/A
<i>1.2. Pesquisa de imagem do MPTO, em nível regional</i>	N/A	70%	N/A
<i>1.3. (Proxy) Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins</i>	353.423	381.700	373.328

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Registramos também os destaques jornalísticos em nosso Portal, como indicador substituto, que evidenciam o impacto social das ações da Instituição e o reconhecimento da população tocantinense.

Quadro 2 – Destaques Jornalísticos de Impacto Social

Data	Título
02/02/17	<i>MPE é a instituição tocantinense com melhor desempenho no Índice Enccla 2016</i>
24/02/17	<i>Empresas destinam recursos para projeto do MPE voltado à construção de UTI pediátrica</i>
28/03/17	<i>MPE é considerado exemplo de modernização na gestão em evento realizado pela CGU</i>
10/05/17	<i>MPE conquista ótimo desempenho em índices de transparência</i>
09/06/17	<i>Dois projetos de membros do MPTO estão na disputa do 14º Prêmio Innovare</i>
20/06/17	<i>MPE obtém doação do Sindicato Rural de Araguaína para implantação de UTI Pediátrica</i>
08/08/17	<i>MPE alcança melhor nível de transparência segundo Conselho Nacional do Ministério Público</i>
26/09/17	<i>Promotor de Justiça é homenageado em encontro de políticas de reintegração e alternativas penais do Tocantins</i>
11/10/17	<i>Experiência tocantinense com o FIA é apresentada em Encontro de Promotores de Justiça da Infância e Juventude</i>
24/10/17	<i>Campanha de doações para o FIA completa um ano e chama atenção de outros municípios</i>
21/11/17	<i>MP do Tocantins obtém melhor índice no ranking do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público</i>

Quadro 2 – Destaques Jornalísticos de Impacto Social

Data	Título
29/11/17	<i>Promotora de Justiça é homenageada em Araguaína</i>
05/12/17	<i>Promotora de Justiça recebe título de Cidadã Ipueirense</i>
14/12/17	<i>Dia do Ministério Público é celebrado com entrega de prêmios aos melhores trabalhos jornalísticos com foco na atuação da instituição em 2017</i>
14/12/17	<i>Promotor de Justiça é homenageado na Câmara Municipal de Belo Horizonte</i>
18/12/17	<i>Promotor de Justiça recebe título de cidadão Dianopolino</i>

Fonte: Assessoria de Comunicação do MPTO

3 RESULTADOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Em nosso mapa estratégico, a perspectiva processos internos refere-se aos aspectos que devem ser melhorados em nossas atividades organizacionais para alcançar a hipótese estratégica. Conforme o enfoque, os processos internos são voltados tanto para a área-fim como para área-meio, entretanto, ambos devem estar atrelados à missão e à visão ministerial. No Mapa Estratégico, os processos da área-fim foram organizados com base nos temas infância e juventude, cidadania, criminal e atuações especiais; já os processos internos da área-meio foram categorizados como institucionais.

Dentro da perspectiva dos processos internos, verifica-se que a atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística foi o indicador que superou a meta estabelecida em seu maior valor, em mais de 123%, tendo alcançado o *score* de 5.809 movimentos no ano. O resultado obtido é reflexo do trabalho dos órgãos de execução voltados para cumprimento do objetivo estratégico de “Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística”. Outro destaque foi a ampliação de parcerias, indicador que superou sua meta em 143% e contribuiu para expandir a rede de comunicação e relacionamento da Instituição. O fato de haver indicadores não calculados, nesta perspectiva, deve-se a projetos que não puderam ser implementados devido à restrição orçamentário-financeira.

3.1 TEMA - INFÂNCIA E JUVENTUDE

Quadro 3 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim
Tema: Infância e Juventude

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
2.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	3.506	3.800	3.221

Quadro 3 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim
Tema: Infância e Juventude

<i>Indicador Estratégico</i>	<i>Resultado 2016</i>	<i>Meta p/ 2017</i>	<i>Resultado 2017</i>
<i>2.2. Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas</i>	17.949	19.400	17.300
<i>2.3. Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente</i>	19.182	20.700	21.005
<i>3.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação</i>	520	600	339
<i>3.2. Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação</i>	372	400	295
<i>4.1. Ações voltadas a execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”</i>	N/A	N/A	N/A
<i>5.1. Ações voltadas a execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infanto juvenil”</i>	N/A	N/A	N/A

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Os valores dos indicadores ligados ao tema infância e juventude apresentaram-se aquém das metas estabelecidas. O resultado é reflexo da acomodação do efeito da virtualização dos processos judiciais sobre o crescimento da produtividade ministerial. O argumento é reforçado ao observarmos que o indicador “Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente”, único que apresentou valor acima da meta, mas de forma muito discreta 1,5% acima do valor definido.

Entre os destaques do ano para o tema estão o cumprimento da ação do MPTO que visou ao fortalecimento do sistema socioeducativo do Estado, através da posse dos aprovados do concurso da Secretaria de Segurança Pública; a iniciativa do MPTO para a ampliação do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVIS), através do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente com a implantação da cadeia de custódia e as ações ministeriais para manutenção e melhoria dos serviços educacionais no Estado, em especial as escolas da zona rural nos municípios. Além desses destaques, MPTO ofereceu denúncia contra suspeito de pedofilia que trabalhava como professor na rede pública de ensino de Palmas-TO, além de conseguir a condenação a 27 anos e nove meses de reclusão, com de cinco anos de detenção, do ex-suplente de Senador, Manoel Alencar Neto, por abuso sexual de duas meninas (de seis e de nove anos).

3.2 TEMA – CIDADANIA

Quadro 4 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim
Tema: Cidadania

<i>Indicador Estratégico</i>	<i>Resultado 2016</i>	<i>Meta p/ 2017</i>	<i>Resultado 2017</i>
<i>11.1. Ações Judiciais de crimes contra pessoas com deficiência</i>	7	10	1
<i>11.2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência</i>	144	160	135
<i>12.1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso</i>	353	380	457
<i>13.1. Ações Judiciais de cumprimento do direito à saúde</i>	5.585	6.000	5.803
<i>13.2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde</i>	2.722	2.900	4.012

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

O MPTO cumpriu duas das três metas estabelecidas para os indicadores do tema cidadania. O trabalho da Instituição neste recorte se concentra no objetivo “Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde”, que representa 94,3% do total de movimentos no tema. Esse volume é explicado pela importância do assunto para a população tocantinense e pela situação peculiar em que o Sistema Único de Saúde (SUS) se encontra. A meta do indicador “Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde” foi superada em mais de cinco vezes, demonstrando o volume de trabalho que vem sendo realizado pelas promotorias com atuação na área de saúde pública.

Como destaque do tema cidadania, citamos a iniciativa para o aperfeiçoamento da saúde pública no Estado, através da participação do MPTO em mais de vinte e cinco eventos ligados à gestão do SUS e à obtenção de decisões judiciais favoráveis ao MPTO que obrigaram o Poder Executivo do Estado a regularizar o atendimento a doentes renais em Araguaína-TO, a bloquear R\$ 425 mil das contas para garantir alimentação dos pacientes da UTI do Hospital Geral de Palmas (HGP) e R\$ 250 mil para estruturação do centro para tratamento de pacientes com transtornos mentais em Araguaína-TO, a disponibilizar leitos de UTI aos pacientes no prazo de até 24 horas após a prescrição médica, a adquirir equipamento para normalizar a realização de cirurgias neurológicas no HGP, a realizar melhorias nos serviços de saúde destinados às gestantes e aos recém-nascidos no Estado, além de outras obrigações de fazer a Municípios e União.

3.3 TEMA - CRIMINAL

Quadro 5 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim
Tema: Criminal

<i>Indicador Estratégico</i>	<i>Resultado 2016</i>	<i>Meta p/ 2017</i>	<i>Resultado 2017</i>
<i>6.1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade</i>	115.270	124.500	112.152
<i>6.2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade</i>	447	500	237
<i>7.1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial</i>	527	600	496
<i>7.2. Ações extrajudiciais de Controle Interno da Atividade Policial</i>	256	300	165
<i>7.3. Recomendações de melhorias nas delegacias requisitadas</i>	N/A	N/A	N/A
<i>8.1. Ações de Fiscalização da Execução Penal</i>	31.052	33.500	31.846
<i>8.2. Inspeções nas unidades prisionais</i>	177	190	159
<i>9.1. Ações de combate ao crime organizado</i>	754	800	966
<i>10.1. Ações de combate à violência doméstica</i>	26.494	28.600	22.169

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Os resultados dos indicadores do tema criminal ficaram abaixo da meta estabelecida devido à acomodação do efeito da virtualização dos processos judiciais sobre o crescimento da produtividade ministerial. Como houve redução no tempo de duração dos processos criminais no Estado, que atualmente se encontra em 7 meses para 2º grau e de 2 anos e 3 meses para o 1º grau, conseguiu-se dar maior vazão ao fluxo de demandas. Conseqüentemente, a meta de crescimento de 8% em relação ao ano anterior não foi alcançada para a maioria dos indicadores.

O indicador “Ações de Combate ao Crime Organizado” foi o único que superou a meta estabelecida, refletindo o crescimento das ações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) decorrente da sinergia produzida pela atualização tecnológica do Laboratório de Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Como exemplo deste avanço, citamos as 245 diligências e requisições de perícias realizadas pelo GAECO no ano de 2017.

Embora os dados apontem para divergência negativa da meta estabelecida para os indicadores, houve destaques na atuação finalística do tema criminal, como o crescimento no número de atuações junto ao tribunal do júri, que somaram 283 sessões, representando um crescimento de 62% em relação às realizadas em 2016 (174); a condenação de delegado de polícia, Manoel Laeldo dos Santos, que chefiava quadrilha formada por outros três indivíduos que extorquia cidadãos em Araguaína-TO, quando estes buscavam a delegacia solicitando a

investigação de crimes por aqueles. Além disso, o MPTO atuou para combater a violência contra a mulher, resultando, entre outros movimentos, na proposição de 125 medidas protetivas e oferecimento de 1.041 denúncias contra agressores.

3.4 TEMA – ATUAÇÕES ESPECIAIS

Quadro 7 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim
Tema: Atuações Especiais

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>14.1. Ações Judiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos</i>	2.727	2.900	2.575
<i>14.2. Ações extrajudiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos</i>	5.186	5.600	4.994
<i>15.1. Ações de cumprimento do direito eleitoral</i>	14.229	15.400	14.415
<i>16.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística</i>	2.411	2.600	5.809
<i>16.2. Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística</i>	459	500	487
<i>16.3. Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística</i>	4.354	4.700	4.408
<i>16.4. Participação e promoção de iniciativas institucionais voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico</i>	N/A	N/A	N/A
<i>17.1. Ações voltadas à execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)</i>	N/A	N/A	N/A
<i>18.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor</i>	593	640	1.339
<i>18.2. Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor</i>	304	330	318
<i>18.3. Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor</i>	135	150	141
<i>18.4. Promoção de iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas</i>	N/A	N/A	N/A

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Dois resultados dos indicadores do tema atuação especial alcançaram resultados excepcionais. Os demais, apesar de ficarem aquém de suas metas, não comprometeram demasiadamente o desempenho organizacional nos assuntos improbidade administrativa e direito eleitoral.

Os destaques da perspectiva temática incluem ações de improbidade administrativa que resultaram no bloqueio de mais de R\$ 318 milhões em bens de ex-

gestores que aplicaram mal os recursos públicos e suspensão de R\$ 14,4 milhões em licitações com indícios de sobrepreço; a atuação na defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, por meio de duas ações cautelares para interromper o uso irregular da água para atividades agrícolas, espera-se que essa iniciativa reverta o estado de depleção em que a Bacia se encontra; e a atuação para implantação dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), visando à melhoria na qualidade dos produtos ofertados à população tocantinense.

3.5 TEMA – INSTITUCIONAL

Quadro 8 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-meio
Tema: Institucional

<i>Indicador Estratégico</i>	<i>Resultado 2016</i>	<i>Meta p/ 2017</i>	<i>Resultado 2017</i>
<i>19.1. Parcerias realizadas</i>	25	30	43
<i>20.1. Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional</i>	8/30	12/30	8/30
<i>21.1. Nota GESPÚBLICA</i>	586	630	N/A
<i>22.1. Custo médio por processo (Em R\$)</i>	494	450	507
<i>23.1. Número de acessos ao portal do MPE</i>	689.713	744.890	786.238
<i>23.2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia</i>	6.386	6.900	7.507
<i>23.3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras</i>	N/A	90%	94%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

Quatro indicadores do tema institucional superaram suas metas, o número de parcerias realizadas, o percentual de matérias positivas, o número de acessos ao portal do MPE e de matérias veiculadas na mídia. A nota do Gespública não pôde ser calculada devido à descontinuidade do programa por parte do Governo Federal, através do Decreto Federal nº 9.094, de 17/07/2017, deixando-nos sem a possibilidade de realizar uma nova autoavaliação institucional. O custo médio do processo elevou-se devido à superação do crescimento do orçamento em relação ao crescimento dos movimentos produtivos do RAF.

Entre os destaques da perspectiva dos processos internos, área-meio, estão o estabelecimento de parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público para localização e identificação de desaparecidos, além de quarenta e duas novas parcerias firmadas com outras instituições. Citamos ainda as oitenta e quatro inspeções realizadas pela Corregedoria-Geral do MPTO; e a aprovação da política de gestão documental e de sigilo da informação. Por fim, a realização do 2ª Prêmio Ministério Público de Jornalismo, que distribuiu R\$ 19 mil em prêmios, estimulando e

valorizando a produção jornalística voltada à defesa da cidadania relativa ao MPTO como agente de proteção dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

4 RESULTADOS DA PERSPECTIVA PESSOAS, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Na perspectiva pessoas, tecnologia e infraestrutura, estão objetivos e indicadores ligados à aprendizagem organizacional e individual, à comunicação interna e ao aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia, os quais devem ser disponibilizados a fim de realizar a missão e alcançar a visão institucional. O desenvolvimento institucional associa o avanço da infraestrutura física e tecnológica com o crescimento dos recursos humanos, adaptando-se a estrutura organizacional às mudanças e às novas demandas dos ambientes interno e externo, num ciclo dinâmico e de expressiva importância.

Sob esta perspectiva, os resultados dos indicadores em 2017 refletiram a restrição financeira à qual a instituição vem sendo submetida nos últimos anos. Tal restrição acaba por obrigar a Alta Administração a fazer escolhas difíceis, alocando grande parte do orçamento em despesas não-discrecionárias. Devido a esta circunstância, com exceção da rotatividade dos servidores, os demais indicadores desta perspectiva ficaram aquém de suas metas ou não foram calculados porque o fato que deveriam captar não ocorreu, como, por exemplo, concurso público.

Quadro 9 – Indicadores da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

Indicador Estratégico	Resultado 2016	Meta p/ 2017	Resultado 2017
<i>24.1. Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores</i>	4,33	20	8,11
<i>24.2. Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição</i>	24,34%	30,0%	52,24
<i>25.1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)</i>	0,34%	3,00%	0,76%
<i>25.2. Concorrência nos Concursos Públicos</i>	N/A	N/A	N/A
<i>25.3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.</i>	N/A	N/A	N/A
<i>26.1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual</i>	N/A	N/A	N/A
<i>26.2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional</i>	3.911	4.224	3.664
<i>27.1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)</i>	N/A	N/A	N/A
<i>27.2. Número de acessos às áreas da intranet</i>	N/A	N/A	N/A

Quadro 9 – Indicadores da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

<i>Indicador Estratégico</i>	<i>Resultado 2016</i>	<i>Meta p/ 2017</i>	<i>Resultado 2017</i>
28.1. Percentual de Execução de Infraestrutura	70,49%	85,0%	75,8%
29.1. Integração dos Sistemas do MPE-TO	61,75%	85,00%	63,68%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

A restrição dos recursos não impediu o desenvolvimento de todos os objetivos, podemos destacar nesta perspectiva a realização de onze cursos/workshops pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF) do MPTO, a viabilização do mestrado em Administração Pública na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a realização de ações de melhoria do clima organizacional como a VII Semana da Saúde do MPTO. Além dessas conquistas, a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação concluiu a implantação do sistema extrajudicial, E-Ext, que elevará a produtividade da atuação extrajudicial da Instituição.

5 RESULTADOS DA PERSPECTIVA FINANCEIRA

No mapa estratégico de organizações públicas, a perspectiva financeira sofre adequação para que a metodologia do BSC possa ser corretamente utilizada. Inverteu-se a posição desta perspectiva na relação causa e efeito do BSC, uma vez que o orçamento para um órgão público é um meio e não um fim da organização. Assim, a esta perspectiva coube garantir os recursos e a segurança política necessários ao pleno desempenho das demais perspectivas, visando ao alcance do impacto social pretendido.

Quadro 10 – Indicadores da Perspectiva Financeira

<i>Indicador Estratégico</i>	<i>Resultado 2016</i>	<i>Meta p/ 2017</i>	<i>Resultado 2017</i>
30.1. Participação orçamentário-financeira do MP/TO em relação à Receita Corrente Líquida	2,49%	2,69%	2,63%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão
Legenda: N/A (Informação indisponível no momento)

O pífio desempenho econômico do Brasil ano de 2017, expresso no crescimento do produto interno bruto (PIB) de 0,7%, afetou o desempenho fiscal do Estado, obrigando o Poder Executivo a expedir o Decreto nº 5.743, de 30/11/2017 que contingenciou R\$ 6.935.385,00 do Orçamento do Ministério Público do Tocantins, devido à frustração da arrecadação de receitas próprias do Ente, em conformidade com Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do contingenciamento de recursos, a participação do MPTO na (RCL) do Estado se situou em 2,63%, acima do exercício anterior, mas abaixo da meta

de 2,69% para o ano. Tal fato obrigou a Instituição a adiar a execução de projetos e outros investimentos em manutenção da infraestrutura físico-tecnológica.

6 CONCLUSÃO

Por fim, de forma geral, os indicadores sinalizam a continuidade do cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos. Entretanto, devido à restrição financeira, a Instituição tem priorizado a atuação finalística em detrimento dos processos de apoio. Essa opção, a longo prazo, pode comprometer o avanço no cumprimento da missão Institucional, por estrangulamento da infraestrutura. Dessa forma, urge a busca de outras fontes de recursos.